

**“EU JÁ TENHO NOME” –  
ITINERÁRIOS  
DE HOMENS TRANS  
EM BUSCA DE RESPEITO\***



CAMILO BRAZ\*\*

*Resumo: meu objetivo nesse artigo é partir de algumas narrativas de homens trans a respeito de suas experiências e expectativas em relação à busca pelo reconhecimento de suas identidades de gênero e de seus nomes em múltiplas esferas, tais como na família, nas relações de amizade, em instituições educacionais, no universo do trabalho e em espaços de atenção médica. Dessa forma, construo uma narrativa etnográfica que, ainda que buscando estar o mais próximo possível dos relatos dos sujeitos entrevistados, tenta apontar para alguns elementos que falam da transição de gênero como um processo que não é apenas individual, mas envolve sempre outras pessoas, em contextos variados, com quem tais sujeitos convivem. Problematizo tais elementos a partir de uma apropriação da metáfora do armário, que aparece nos relatos na forma de uma “segunda saída do armário” como algo estruturante de certos repertórios simbólicos mobilizados por esses homens para construir sentido a suas trajetórias. Aponto alguns dos itinerários e estratégias de que esses sujeitos lançam mão a fim de obter o reconhecimento de seus nomes nessas múltiplas esferas, o que também envolve negociações em torno da visibilidade/ocultação em muitos momentos. Por fim, trago algumas ponderações em torno da recente aprovação, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da alteração de registros civis por parte de pessoas trans no Brasil sem a necessidade de laudos elou de cirurgias.*

Palavras-chave: *Transexualidade. Homens Trans. Registro Civil. Direitos LGBTT. Brasil.*

### CONTEXTUALIZAÇÃO

**E**ste artigo parte de uma investigação intitulada “Antropologia, Transformações Corporais e Masculinidades: transmasculinidades no Brasil contemporâneo”, que coordeno desde 2014<sup>1</sup>. Parte também das reflexões que tenho realizado por meio de minha parti-

\* Recebido em: 12.05.2018. Aprovado em: 07.06.2018.

\*\* Pós-doutorando em Ciências Sociais na Universidad de Buenos Aires (UBA). Professor de Antropologia na Universidade Federal de Goiás (UFG).

cipação no Programa de Pós-Doutorado em Ciências Sociais da Universidad de Buenos Aires (UBA)<sup>2</sup>. É resultado também das atividades realizadas no projeto de extensão Trans UFG<sup>3</sup>.

Quando me aproximei dessa temática, a intenção era cruzar duas áreas importantes aos estudos antropológicos contemporâneos: a primeira dizia respeito às tecnologias de transformações corporais e seus significados em diferentes contextos, um assunto que havia estudado no mestrado, em uma pesquisa sobre a *body modification* na cidade de São Paulo. Trata-se de um universo que inclui práticas que se inserem no campo das tatuagens e *piercings*, mas são consideradas pelos seus praticantes como mais “radicais”, tais como escarificações, implantes, alargadores, marcas realizadas com cortes ou queimaduras, bem como os chamados rituais de suspensão.

Uma das indagações levantadas pela etnografia dizia respeito à possibilidade de se falar em um “individualismo exacerbado” e em liberdade absoluta para a transformação do corpo (elementos que estavam bastante presentes na retórica das pessoas com quem convivi em campo), quando lidamos com um universo que dialogava com convenções (inclusive, de mercado) e se profissionalizava, cada vez mais, regido por técnicas corporais bastante refinadas, muitas delas baseadas na apropriação de tecnologias médicas e na valorização da higiene e da assepsia. Tais elementos apareceram como condições fundamentais para a existência desse universo, levando, em certa medida, a uma pedagogização e a um controle na gestão do corpo (BRAZ, 2006).

Assim, ao estudar as transmasculinidades tinha especial interesse em aprofundar minhas problematizações acerca não apenas do modo como intervenções no corpo incidem na construção de subjetividades, mas também dos possíveis efeitos trazidos pela apropriação de técnicas biomédicas em outros registros – no limite, indagar sobre possíveis efeitos culturais e agenciamentos quando tais tecnologias passam a ser utilizadas não necessariamente com os mesmos propósitos para os quais foram pensadas no âmbito biomédico, tendo como exemplo a questão dos itinerários terapêuticos<sup>4</sup> envolvidos na hormonioterapia.

A segunda área para a qual pretendia contribuir dizia respeito aos estudos de gênero e, mais diretamente, às masculinidades, um campo que estudei no doutorado, quando investiguei clubes de sexo (*sex clubs*) exclusivos para homens, também em São Paulo, indagando sobre os repertórios simbólicos produzidos, incorporados e performatizados a partir da valorização de estereótipos associados à masculinidade entre os idealizadores e frequentadores de tais locais (BRAZ, 2012).

Desse modo, meu interesse pela temática das transmasculinidades devia-se ao fato de que, por um lado, esse campo me permitia retomar uma preocupação com as transformações corporais contemporâneas em diálogo com convenções culturais; e, por outro lado, recolocar meus questionamentos acerca dos significados e efeitos da produção de discursos, práticas e repertórios culturais sobre masculinidades socialmente desautorizadas, uma vez que (re)produzidas em corpos não reconhecidos apriorística e hegemonicamente como masculinos (HALBERSTAM, 2008).

Para interpretar as transmasculinidades, parti das chamadas teorias performativas de gênero, dentre as quais figuram as propostas de Judith Butler (2003). Gênero, então, é tomado como uma ficção reguladora, “uma espécie de imitação persistente, que passa como real” (BUTLER, 2003, p. 08), ou seja, não como algo que, antropológicamente, estaria para a cultura como o sexo estaria para a natureza, mas como “o meio discursivo/cultural pelo qual ‘a natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzi-

do e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura” (BUTLER, 2003, p. 25). A própria ideia de um sexo pré-discursivo é, dessa forma, tomada como efeito de um aparato de construção histórica, cultural, social e política – de uma matriz de inteligibilidade que é dada, no limite, por certos discursos que, ao naturalizarem tanto a heterossexualidade (no que diz respeito à orientação sexual) quanto a cisgeneridade (que diz respeito às pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído) podem ser, assim, denominados como heterocisnormativos.

Além de revisão bibliográfica e levantamento de materiais relacionados à temática, a investigação tinha como propósito interpretar as narrativas de homens trans, incluindo (embora não exclusivamente) participantes do Projeto Transexualidade (conhecido coloquialmente como Projeto TX), existente desde 1999 no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás e que faz parte do Processo Transexualizador no âmbito do SUS (Sistema Único de Saúde). Metodologicamente, contudo, estava ciente do risco da circunscrição da pesquisa exclusivamente ao âmbito biomédico.

De acordo com perspectivas como as de Berenice Bento (2006), Guilherme Almeida (2012) e Flávia Teixeira (2012), que apontam a transexualidade como uma experiência de gênero plural, não há como reduzi-la a uma concepção forjada por discursos universalistas, tais como os biomédicos. Márcia Arán (2010) também problematiza em seus escritos tal redução a partir das ciências psi. Desse modo, não considere de antemão que a transmasculinidade restringia-se apenas e exclusivamente a sujeitos participantes do Processo Transexualizador. Me abri, assim, para a possibilidade de encontrar, ao longo da investigação, a “aquarela de masculinidades” sugerida por Almeida (2012) ao tratar da temática, perspectiva corroborada, por exemplo, por Simone Ávila (2014) e Fátima Lima (2014).

Outro desafio que me colocava, relacionado ao primeiro, era o da nomeação dos sujeitos da pesquisa. Guilherme Almeida, por exemplo, afirma que para evitar o uso de múltiplas expressões ou categorias empíricas e êmicas possíveis, era possível utilizar a expressão “homem trans” analiticamente, “no esforço de condensar a experiência da ‘transexualidade masculina’” (ALMEIDA, 2012, p. 513). E foi essa uma das razões para a utilização dessa expressão na pesquisa – além do fato de que, politicamente, a categoria homem trans já vinha sendo mobilizada por ativistas trans, no Brasil (BRAZ; SOUZA, 2016; CARVALHO, 2016).

## INTRODUÇÃO

Com todas essas ideias em mente, iniciei o trabalho de campo. Em junho de 2014, foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Universitário (CONSUNI) da UFG o uso do nome social. A ideia era a de assegurar a todas as pessoas da comunidade universitária cujos nomes de registro civil não refletissem suas identidades de gênero a possibilidade de uso e de inclusão do nome social nos registros oficiais e acadêmicos. Em outubro, fui convidado pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) a participar de uma reunião com estudantes, que tinha por intenção principal ouvi-los/as a respeito de como estava sendo a experiência do uso do nome social na universidade. Além de mim e de representantes da Prograd, compareceram à reunião três estudantes – uma mulher e dois homens trans. Quando se perguntou quais eram suas demandas atuais, a primeira preocupação trazida dizia respeito a rumores em torno da possível desconti-

nuidade do Projeto Transexualidade (conhecido coloquialmente como Projeto TX) no HC da UFG. O Projeto estava fechado naquele momento para novos atendimentos, em razão da ausência de recursos materiais e também de profissionais para integrar sua equipe. Um dos garotos estava muito inquieto por não ter conseguido ainda ser aceito no Projeto, para dar início a sua *transição*. Foi nesse cenário de incerteza e de mobilização do ativismo trans local em torno da reabertura do Projeto que comecei meu campo e a realizar também as primeiras entrevistas.

Em fevereiro de 2015, participei como ouvinte e pesquisador convidado do I ENAHT (Encontro Nacional da Homens Trans), promovido pelo IBRAT (Instituto Brasileiro de Transmasculinidades) na USP, em São Paulo. Dentre os variados elementos etnográficos que essa rica experiência me proporcionou, chamo a atenção para uma cena. Em uma das mesas, em que se discutia acerca das pesquisas sobre transexualidade no Brasil, um dos palestrantes, ativista, afirmou que, apesar de considerar relevantes os estudos sobre os significados da transexualidade, do corpo e da transição de gênero, para ele as pessoas trans estariam mais preocupadas com questões que seriam mais urgentes: o enfrentamento das diversas formas de violências às quais estão sujeitas cotidianamente, as barreiras para o acesso à educação e ao mercado de trabalho formal, as dificuldades de obter acesso à saúde, dentre outros. No limite, ele estava dizendo que sua preocupação mais imediata era com políticas públicas voltadas para a população trans no Brasil.

Essa convivência em eventos acadêmicos e ativistas, em que as narrativas sobre as dificuldades para o acesso ao atendimento médico surgiam frequentemente, aliada à realização de leituras, discussões e atividades diversas, conversas informais e também entrevistas semiestruturadas, levaram a que os objetivos da investigação, mantendo sempre a preocupação por interpretar antropologicamente os significados do corpo, dos projetos corporais e da masculinidade entre homens trans, passassem a incluir também os desafios em termos de políticas públicas para tal população partindo de suas próprias narrativas e experiências, com especial atenção a temas relacionados ao campo da saúde. Além de observações em atividades variadas, bem como de exaustivo levantamento tanto de documentos norteadores de políticas de saúde voltadas para pessoas trans quanto de materiais reproduzidos em diversas formas de mídia, foram realizadas 16 entrevistas semiestruturadas – 4 com profissionais que trabalham na atenção a pessoas trans no chamado Processo Transexualizador e 12 com homens trans. A maioria dos entrevistados residia na cidade de Goiânia ou em cidades de sua região metropolitana.

O material etnográfico produzido em campo, a partir de diversas fontes, me levou a argumentar que as categorias *tempo* e *espera* são fundamentais para interpretar antropologicamente as narrativas dos homens trans com os quais convivi no Brasil (BRAZ, 2017). Um olhar antropológico sobre o tema implica considerar a tensão entre o *tempo dos sujeitos* e o *tempo protocolar*, entre o *tempo de cada um* (SAMPAIO; COELHO, 2014, p. 17) e o *tempo institucional*, importante para interpretar tanto as narrativas relacionadas à chamada transição de gênero quanto as expectativas no que diz respeito às transformações corporais e à espera pela atenção em saúde<sup>5</sup>.

Tal contraste entre temporalidades aparece, por exemplo, nas narrativas relacionadas à obrigatoriedade de no mínimo dois anos de atenção psicológica para a possível obtenção de um laudo que permita o acesso a cirurgias no âmbito do Processo Transexualizador. Surge também nas narrativas sobre a espera pela sentença judicial de pedidos de retificação de registro civil. Está presente nas expectativas acerca dos efeitos que esses ho-

mens esperam que advirão da hormonioterapia, especialmente no que tange às mudanças corporais em suas múltiplas dimensões e significados. E permanece na fila para entrar no Processo Transexualizador, quando os poucos serviços gratuitos existentes no Brasil para a atenção à saúde das pessoas trans no Brasil estão sob ameaça constante de fecharem as portas, como é o caso do Projeto Transexualidade da UFG (ALMEIDA, 2018).

Dentre os múltiplos cenários em que a questão da espera, inclusive em sua dimensão de expectativa, se torna um elemento fundamental para a interpretação das narrativas dos homens com quem convivi, figura a questão do reconhecimento de seus nomes, e da busca pelo respeito a suas identidades de gênero em contextos e âmbitos variados: na família, nas redes de amizade, nas relações afetivo-sexuais, no ambiente escolar, em diversos espaços de atenção médica e também no universo do trabalho. Meu principal objetivo nesse artigo é partir das narrativas de homens trans a respeito de suas experiências e expectativas em relação ao reconhecimento de seus nomes nessas múltiplas esferas, finalizando com uma discussão em torno da recente aprovação, pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da alteração de registros civis por parte de pessoas trans no Brasil sem a necessidade de laudos e/ou de cirurgias.

#### TRAJETÓRIAS EM NARRATIVAS

Quando conheci Antonio<sup>6</sup>, ele tinha 18 anos. Era estudante do primeiro ano de graduação em uma universidade pública. Vivia com a mãe e a irmã em um bairro de camadas médias de Goiânia. Heterossexual, estava solteiro quando o entrevistei, embora algum tempo depois tenha começado a namorar. Antonio me contou que se assumiu enquanto lésbica para sua família, amigos e amigas aos 15 anos, após uma confusão na escola na qual estudava o Ensino Médio, por conta de haver começado a namorar com uma garota. Ele me contou que, nessa época, era questionado por colegas da escola se não se reconhecia enquanto homem, por conta de sua expressão masculina. Até que uma amiga de sua namorada veio a Goiânia passar alguns dias. Ao final de sua estadia, ela perguntou para a namorada dele se Antonio era um homem trans, categoria que ele não conhecia até então. Ele me disse que foi a partir daí que começou a pesquisar a respeito do tema. Buscou informações em páginas diversas da internet, em comunidades virtuais de mídias sociais e também em reportagens que começavam a surgir sobre a temática. Sua namorada passou, na intimidade, a trata-lo por pronomes masculinos. Até que, por fim, ela o ajudou a escolher seu nome.

Porque o casal que escolheu, né?

[Ah, é?]

Sim. Aí, a gente foi, ficou...nesse negócio de pronome e tal. Só que era muito confuso, porque por exemplo, ficava entre a gente o pronome, e na hora em que a gente tava com os nossos amigos, não [...] Aí, com o tempo, quando eu...meio que terminei com ela, eu já tinha assumido prá outros...outro grupo de amigos. É...outros locais que eu frequento, no caso cafés, é...boate, tal. Aí, eu fui e decidi. Falei assim “não, agora, agora chega, né?” Por exemplo aí quando foi no final do ano passado eu ia entrar prá UFG. Aí, ficou aquela dúvida: “pego o nome social ou não”? Porque, no caso, eu ainda não comecei a hormonização, aí eu fiquei com medo de as pessoas não me respeitarem. Porque seria um local onde eu não conheceria ninguém.

[Antonio, 18 anos]

O fato de que, nos últimos anos, a temática da transexualidade tenha passado a ser bastante explorada em diversas mídias, aliado à visibilidade política do ativismo trans no Brasil (BRAZ; SOUZA, 2016), traz importantes diferenças geracionais em termos do ciclo de vida de homens trans. Aqueles com quem pude conviver que tinham mais de 35 anos, por exemplo, disseram que passaram boa parte de suas vidas sem ter conhecimento de que a transição de gênero era sequer possível. Antonio, assim como muitos outros entrevistados mais jovens, teve a oportunidade de buscar informações a respeito do tema, em distintos suportes (sobretudo pela internet), assim como de conhecer outros sujeitos que passavam por experiências semelhantes às dele no que diz respeito à transição de gênero. Inclusive, no que tange à escolha e às estratégias de visibilização/ocultação de seus nomes, em contextos variados.

Para Eve Kosofsky Sedgwick, a metáfora do armário é constitutiva da experiência homossexual nas ditas sociedades ocidentais. “Mesmo num nível individual, até entre as pessoas mais assumidamente gays há pouquíssimas que não estejam no armário com alguém que seja pessoal, econômica ou institucionalmente importante para elas” (SEDGWICK, 2008, p. 22). As reflexões da autora, embora tratando da homossexualidade, talvez tragam alguns elementos que possam ser utilizados para falar das experiências trans.

A narrativa de Antonio trata do que, em campo, ouvi diversas vezes como uma “segunda saída do armário” entre homens trans. Muitos afirmam que passaram por fases em que dizem haver “se assumido lésbicas”, seja em redes de amizades, seja junto a suas famílias, como uma forma de tentar nomear o que sentiam. Contudo, essa categoria – que tem a ver com orientação sexual e não com identidade de gênero – não dava conta, para eles, de expressar suficientemente o conflito que viviam em relação às expectativas heterocisnormativas com relação ao gênero e à sexualidade, que pressupõem uma congruência entre os genitais e a identidade de gênero de uma forma binária e direta. Algo que não fazia sentido para eles. Ou que não era suficiente para colocar em discurso seus conflitos. E uma etapa importante aliada à “segunda saída do armário” diz respeito à escolha do nome e aos itinerários e estratégias ligados à sua visibilização (ou ocultação) em distintas esferas.

Antonio se afirmava vivendo uma “vida dupla”: junto a sua namorada e amigos/as, era Antonio. Em casa, ainda não. Contudo, diferentemente do que talvez possa ocorrer em relação à homossexualidade, em que as estratégias de ocultação da identidade como forma de autoproteção são recorrentes, a transexualidade se materializa e se visibiliza de uma forma que talvez seja mais dramática, mais visceral. As mudanças em relação a roupas, acessórios, gestos, aliando-se muitas vezes ao uso de hormônios, materializa-se nos corpos trans de forma que passa a gerar questionamentos por parte das pessoas, inclusive as mais próximas. Antonio, por exemplo, disse que sua mãe o vinha questionando a respeito dessas mudanças. Da última vez em que haviam ido ao shopping center, ela o havia levado a uma loja de roupas masculinas e o ajudado a escolher uma camisa.

Aí, ela foi comigo lá na loja e tal e não sei o que e...e ela foi na seção masculina. Porque eu acho que ela...no fundo, no fundo, ela sabe. Não tem como. Ela também sabe do nome social...só que ela não sabe prá que. Porque ela viu uma...umas provas minhas...e daí ela ficou, tipo, “ah, não sei o que...é...você quer mudar de nome mesmo?” Aí eu falei assim “sim, mãe, eu vou mudar de nome e tal”. E ela falou assim “não, mas prá que?”, eu falei assim “ó, prá que e porque você vai saber um pouco mais prá frente.

Mas já saiba que eu vivo com...vida dupla. Então, não se assuste se alguém...é...ligar e perguntar pelo Antonio, ou...você ver nas minhas provas e tal”. Aí, até então ela ficou... de boa. Ou seja, eu acho que ela espera...o dia que eu queira contar, entendeu?

[Antonio, 18 anos]

Assim como a namorada de Antonio o ajudou a escolher seu nome, outros entrevistados relataram situações parecidas. José, estudante do terceiro ano de graduação em uma universidade particular, morava com seus pais. Embora tenha relatado que junto a eles não encontrou grandes barreiras no que diz respeito ao acolhimento de sua transição de gênero, falou muito da importância do apoio de amigos e amigas nesse processo.

Prá mim, foi muito importante essa abertura que esses meus amigos tiveram, eles até...eles me ajudaram a escolher nome! Eles “não, vai ser Luis Fernando, que nem as novelas mexicanas” [ri] E eu “gente!”, aí a galera “não, vai ser Frederico, prá gente chamar ele de Fred”, e eu “gente!” [ri] “eu tô aqui”, eu falava prá eles [ri], “perai”. Então, foi muito importante prá mim.

[José, 25 anos].

Em muitos momentos, as redes de amizades surgem nas narrativas como sinônimo de família. Especialmente entre os muitos entrevistados que não encontraram apoio junto a familiares. Pedro, estudante de graduação em uma universidade particular, morava sozinho após a expulsão de casa (que foi precedida por uma surra) aos 17 anos, após sua “segunda saída do armário”.

A família...você sente falta. Porque eu acho que o primeiro lugar seguro que você teria, seria com ela. Mas em 90% dos casos não tem, né? Aí, tipo...sente falta. Sente falta do carinho, da família, às vezes...alguma coisa deles sente. Às vezes, tipo assim, a minha família poderia me ajudar em tanta coisa. Facilitar tanta coisa. Porque é a gente querendo ou não ter uma vida estável, uma vida boa. E tem médicos na família, tem advogado, tem tudo na família. Só que...

[Mas mesmo essas...mesmo esses que são médicos não se abrem prá te apoiar?]

Não. É...é mais complicado. Acho que quando é com os outros, eles conseguem...lidar. Aí, acho que quando é deles, parece que eles não conseguem.

[E essa questão de te...expulsarem de casa, você tinha quantos anos?]

Eu tinha...17, quase 18.

[Pedro, 19 anos]

Gabriel, que vivia com sua companheira há 10 anos e havia recentemente trancado um curso de graduação em uma instituição pública de ensino superior, falou que a principal barreira que encontrava para o respeito a seu nome vinha de sua família.

[A partir do momento que você começou a transição...como é que foi essa questão prá as pessoas próximas?]

Foi muito complicado. Até hoje o pessoal ainda me chama de [nome de registro].

[Quem?]

Minha mãe. Ela não se acostuma de jeito nenhum. Nós já tivemos uma briga feia por causa disso. A gente discutiu, tal, aí ela falou “mas é difícil, porque eu te chamei de [nome de registro] a vida inteira, de filha, agora você quer que eu te chame de filho”.

É complicado.

[Mas mesmo com a mudança, ainda não...]

Não adaptou. Aí, o resto é assim, eles me chamam um pouco de um jeito e um pouco de outro. Às vezes, me chamam de [nome de registro], às vezes me chamam de Gabriel. Alguns amigos, já não. Já pegaram o Gabriel mesmo. E as crianças. As crianças, foi mais fácil explicar pra elas. Aí, elas pegaram mais rápido do que os adultos.  
(...)

Eu acho que a principal dificuldade é das pessoas se adaptarem à troca. Quem já te conhece no masculino, fica mais fácil. Mas quem te conhecia no feminino e vai pro masculino, fica muito difícil.

[Entendi].

A pessoa não...realmente...não acostuma. É difícil. Pra acostumar. Eu mesmo, já tem...quase um ano...tem mais de um ano que eu troquei, mas que eu cheguei a falar pra todo mundo...e pedi pra trocarem, não me chamarem de [nome de registro] mais, já tem...mais de 1 ano. E até hoje...meu irmão mesmo, de vez em quando me chama de [nome de registro]. Ele colocou até um apelido em mim, de Tonhão. Porque ele não acostuma me chamar de Gabriel. Mas de vez em quando, ele ainda me chama de [nome de registro]. Assim a maioria das pessoas.

[E como é que é pra você isso, assim?]

É ruim. Não é uma coisa boa. Porque você tá tentando...fazer uma coisa e as pessoas continuam de tratando pelo feminino. É meio complicado, assim. Mas eu não...não discuto com ninguém. Não falo nada. De vez em quando, eu corrijo. Falo “Ó, não é...não me chama assim e tal”. Mas...no geral...vou levando. Porquê...tem que ter paciência, né?

[Gabriel, 35 anos].

Para Pedro, amigos e amigas eram como uma “nova família”. Ele me contou que, quando entrou na faculdade, conheceu uma garota de quem se tornou bastante amigo.

E aí, uma vez, eu me tratei no masculino pra ela. Nunca contei nada pra ela. Aí, desde então, ela me tratou no masculino. E perguntou qual o nome que eu queria.

[Pedro, 19 anos]

Vários entrevistados relataram encontrar, junto a amigos/as, o tipo de apoio e acolhimento que esperavam encontrar junto a suas famílias. Muito embora haja também relatos de situações desagradáveis vividas junto a tais pessoas. Jonas, único dos entrevistados a se afirmar como homem não-binário, vivia sozinho e era estudante de graduação e servidor público. Assim como Antonio, Jonas também ocultava de seu pai e de sua mãe sua identidade de gênero e não utilizava junto a eles nem os pronomes masculinos e nem seu nome social, embora as mudanças corporais advindas do uso de hormônios e da prática constante de musculação fossem já bastante visíveis – o que fez com que sua mãe o levasse a um endocrinologista, por achar que havia “algo errado” com ele. E ele narrou um episódio, que nomeou como “uma noite completa de transfobia”. Ele foi a um bar para encontrar um amigo, que estava acompanhado de uma amiga que, segundo ele, se recusava a trata-lo no masculino. Ele foi ao banheiro e, na volta, ela perguntou se ele havia visto sua irmã no banheiro. Quando ele respondeu que havia utilizado o banheiro masculino, ela se indignou.

Aí, não satisfeita, eu falei assim “não, você ver um documento?”, porque essa carteirinha da Biblioteca da UFG é mágica. É mágica. As pessoas...acham que têm algum respeito, elas falam “ah, você estuda na UFG?” Mesmo não sendo um documento oficial, tem...a minha foto, tem o meu nome. Eu mostrei a carteirinha prá ela e continuou falando coisas terríveis prá mim. Coisas que eu prefiro não falar.

[Jonas, 20 anos]

Além de tentar ocultar sua transição de gênero e seu nome de sua família, Jonas também relatou que não se sentia confortável em “sair do armário” no ambiente de trabalho. E, assim como ele, outros entrevistados falaram de dificuldades relacionadas a esse universo. André, que vivia sozinho em uma cidade próxima a Goiânia, a fim de tentar driblar tais barreiras desenvolveu como estratégia a confecção de dois currículos.

Eu tô desempregado, não é porque eu quero. Eu tô correndo atrás de tudo, mas...eu faço dois...é...geralmente, dois currículos, né? Aí, onde eu vejo que o povo é mais...fechado, eu levo com o nome de RG. E, mas eu sempre coloco embaixo, tipo assim, eu coloco o meu nome social e coloco um asterisco assim e coloco, né? O nome social, tal, blá, blá, blá. Porque, senão, o povo vai alegar é...falsidade ideológica e tal.

[Entendi. Mas... você acha que essa dificuldade, é...de arrumar emprego tem a ver com essa questão é...da tua identidade de gênero ou...]

Também. Também. Porque, assim, às vezes me chamam prá um cargo masculino. Aí, eu vou apresentar os documentos, aí...tipo, assim, é meio que eu não sirvo. E prá um cargo feminino, eu também não sirvo. Esteticamente.

[André, 21 anos]

Além das dificuldades relativas ao universo do trabalho, muitos entrevistados narraram constrangimentos pelos quais passaram em situações de busca de atendimento médico. E, mais uma vez, relataram lançar mão de variadas estratégias e itinerários a fim de tentar minimiza-los.

No SUS não tem nome social, sabe? Se você...não existe isso. Tipo, só se você exigir, ir lá e bater o pé prá colocar o nome no cartão no SUS, de que que adianta? Estar no cartão do SUS e chega lá...no...no...no computador tá seu nome de RG! Não adianta nada (...) aquilo ali é um constrangimento, é como estar te xingando. E outra: o problema não é te chamar por aquele nome, o problema é todo mundo estar vendo, porque eles gritam, né? “Fulaaaano de tal!”

[Já aconteceu contigo?]

Demais, demais! Eu, inclusive, na hora em que eles falam o nome, eu já fico perto da porta, porque aí o povo...tipo, nem vai me ver levantar prá ir. Eu já fico perto da porta. Ou, então, por exemplo, é...eu sei que eu sou o quarto, na fila. Chama o terceiro, eu já vou. Prá eles não terem que chamar o meu nome. Isso, quando dá prá fazer. Porque aí eu converso com alguém lá e falo “não, eu vou entrar antes, e tal, porque eu não quero que fale o meu nome”.

[E as pessoas respeitam?]

Ah, geralmente não.

[André, 21 anos]

Jonas, assim como outros entrevistados, havia solicitado o uso do nome social na UFG e, com isso, possuía um documento da universidade no qual constava seu nome masculino. E muito embora vários entrevistados tenham relatado que o uso do nome social tenha melhorado suas experiências universitárias, alguns relataram problemas.

Porquê...eu tenho documentos como...como André...aí, por exemplo, PIBIC. Entendeu? Aí, eu preciso entregar...é, tipo...cópia do meu, do meu RG. Aí, vai pro PIBIC um nome e no sistema tá outro. Aí, tipo, eu já tinha explicado prá professora. A minha orientadora tinha consciência disso. Mas, aí, eu tive que explicar, entendeu? Não é uma coisa que eu...tipo assim, se ela não soubesse que eu era um homem trans, eu ia passar batido, mas eu tive que explicar prá ela, tal. Aí eu falei prá ela, “olha, pode ser que dê algum problema”. Então já...eu já peguei a Resolução e falei “olha, qualquer coisa você...escaneia essa Resolução e manda prá ela”.

[André, 21 anos]

André teve seu pedido de uso do nome social autorizado na UFG. Contudo, enfrentou problemas quando obteve uma bolsa PIBIC. Como ele tinha que entregar seus documentos pessoais ao CNPq para a implementação da bolsa, se viu na situação de ter de “sair do armário” para sua orientadora, algo que poderia ser evitado caso já tivesse obtido a retificação de registro civil.

[E você deu entrada no nome social na UFG?]

Não, eu não dei entrada no nome social porque quando eu entrei, eu tinha 17. Aí, o que que eu fiz: nas primeiras semanas eu tive que levar falta, porque eles tavam falando o nome de registro. Aí, tipo assim, eu ficava calado [...] Daí com...junto aos professores...eu mandei um e-mail prá cada um. Explicando e falando assim “olha...é... eu não tenho 18 anos ainda, não posso fazer o requerimento e a minha situação é essa e essa. Você pode me tratar assim? Pode mudar o meu nome na chamada?”, e pronto. Mudaram.

[Antonio, 18 anos]

A Resolução do uso de nome social na UFG previa a idade mínima de 18 anos para que se pudesse requerê-lo. No caso de Antonio, isso fez com que tivesse que esperar até completar essa idade para fazer o pedido e, enquanto isso, lançou mão de outras estratégias que surgiram nos relatos de entrevistados que cursavam universidades particulares onde o uso do nome social não estava regulamentado, como conversar com docentes para mudar o nome na lista de presença, por exemplo.

Eu entrei com...com um processo, no período passado [...] Prá usar o nome social. Só que quando eu coloquei lá, eu coloquei prá começar nesse período agora, porque eu sei que eles têm que arrumar no sistema, a gente...eu conversei com o coordenador do curso lá, do meu curso, aí ele falou que não tinha aquilo no sistema, que eles iriam ter que arrumar (...) E os meninos, na faculdade mesmo que eu já conversava, eu expliquei prá eles, falei que eu ia começar a fazer a transição...e aí eles já começaram a me chamar...de Pedro. Foi tranquilo.

[Pedro, 19 anos]

Se no caso de Pedro a conversa junto à coordenação fez com que se acatasse o pedido de uso do nome social nos registros acadêmicos, não foi o que aconteceu com Rogério, que vivia com o pai, a mãe e o irmão em uma cidade próxima a Goiânia e

havia desistido de cursar a graduação em uma instituição particular de ensino superior, em parte por conta de ter sido negado seu pedido de uso de nome social na instituição.

Eu entrei na metade do...do primeiro período, eu entrei prá...mudar. Só que eles não quiseram mudar. Mesmo com...não quiseram mudar. Eu fui negado. E aí, logo depois eu...eu desisti dessa faculdade também.

[Eu não sabia que tinham negado assim].

Foi. Negou. “Só se você falar com o professor prá ele mudar na chamada, no lápis”. Não era isso que eu queria. O que eu queria é que mudasse. Não pode mudar no sistema, até hoje não pode mudar no sistema. É...em faculdades particulares é muito difícil essa questão de mudar no sistema. Igual mudou na UFG, né? Tem o espaço pro nome de registro e o espaço pro nome social. Nas outras faculdades não tem isso ainda. Então, é...não...não consegui. E aí eu...deixei a faculdade.

[Rogério, 20 anos].

Para os entrevistados, esses conflitos gerados em relação aos seus nomes poderiam ser evitados caso tivessem aceitos seus pedidos de retificação de registro civil. E, para isso, os itinerários eram variados. Alguns dos entrevistados aguardavam o julgamento de seus processos de retificação realizados de forma particular. Outros buscavam apoio, seja em órgãos públicos, seja em instituições de ensino cujos cursos de Direito promoviam atividades de extensão dirigidas a auxiliar pessoas interessadas no encaminhamento de demandas diversas à Justiça. Dentre elas, a retificação de nome e sexo nos documentos.

Eu já tenho nome. Já tô com a documentação, arrumando a documentação prá fazer a troca de nome no RG.

[Você vai entrar com o processo?]

Vou entrar com o processo.

[Você já tá com alguém...com advogado, advogada?]

Eu fui lá no Centro da Igualdade na avenida Goiás. Aí, eles me passaram a documentação, falaram que a hora que tiver pronta prá eu ir lá e aí eles vão entrar com o processo, daí a de 4 a 6 meses já sai.

[Gabriel, 35 anos].

Quaisquer desses itinerários aparece nas narrativas dos entrevistados como algo que envolvia uma boa dose de espera, de paciência, de ansiedade e de incerteza. No limite, não havia como saber quanto tempo esperariam até que a sentença fosse proferida, nem mesmo se ela seria ou não favorável. Em campo, pude vivenciar um pouco desses sentimentos junto a Antonio, quando tentamos, sem sucesso, encaminhar seu pedido de retificação de registro civil dentro de uma atividade de extensão realizada pelo curso de Direito de uma instituição particular de ensino superior, em que eram acolhidas e levadas adiante demandas judiciais diversas.

Passamos um dia inteiro juntos, indo a diversos locais, a fim de juntar toda a volumosa (e dispendiosa) documentação necessária para protocolar o pedido que, ao final, lhe foi negado pelo fato de ele ter afirmado, na audiência, que não tinha desejo de realizar a faloplastia (que é a técnica cirúrgica, ainda considerada experimental, utilizada para a redesignação genital em homens trans no Brasil). Para além do fato de que esse episódio mostra o quanto os saberes biomédicos e das ciências psi – que ajudaram historicamente a produzir certos parâmetros que constituem o que seria um “transexu-

al verdadeiro”, buscando “a verdade” única e universal sobre a transexualidade desde uma perspectiva patologizante (BORBA, 2016; BENTO, 2006) – norteiam as práticas jurídicas, traz mais uma vez o quanto a espera é um elemento chave para colocar em discurso as experiências trans, no Brasil.

Para Mario Pecheny (2017), é importante levar em consideração o que está implicado nos processos de esperar e também de *fazer esperar*. O esperar e o fazer esperar implica em hierarquias e em relações de poder, de modo a refletir sobre quem espera, porque espera, que significados dá a essa espera e, não menos importante, quem detém o poder de fazer esperar.

Em 01 de março de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou favoravelmente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275, fruto de mobilizações de ativistas ligados às causas trans. Assim, foi regulamentada a possibilidade de alteração de nome e de gênero no registro civil, mesmo sem a realização de quaisquer procedimentos cirúrgicos (incluindo a chamada cirurgia de redesignação sexual) e também prescindindo da apresentação de laudos psiquiátricos ou psicológicos que “atestem” a transexualidade. A decisão, que até a finalização deste artigo aguardava regulamentação por parte do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que pudesse ser implementada, foi bastante comemorada por ativistas trans no país. E pode impactar na produção de novos repertórios simbólicos e experiências na busca pelo respeito por parte das pessoas trans.

Vale lembrar, contudo, que uma das principais demandas que tem sido colocadas pelo movimento transexual brasileiro continua sendo a aprovação do Projeto de Lei de Identidade de Gênero, mais conhecido como Lei João Nery, como referência ao escritor do livro *Viagem Solitária* – biografia daquele que é publicamente reconhecido como o primeiro homem transexual a ter passado pela cirurgia de redesignação sexual no Brasil. A proposta é permitir a pessoas trans a mudança de sexo, nome e imagem em seus registros civis, sem importar se desejam ou não se submeter a alguma cirurgia, ou a tratamento hormonal. Tal projeto é inspirado na lei que foi aprovada na Argentina, que é reconhecida como uma das mais avançadas do mundo em termos de reconhecimento de direitos a pessoas trans (FARJINEER, 2014; TABBUSH *et. al.*, 2016; ORTEGA *et. al.*, 2017).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Meu principal objetivo nesse artigo foi partir de algumas narrativas de homens trans a respeito de suas experiências e expectativas em relação à busca pelo reconhecimento de suas identidades de gênero e de seus nomes em múltiplas esferas, tais como na família, nas relações de amizade, em instituições educacionais, no universo do trabalho e em espaços de atenção médica. Dessa forma, tentei construir uma narrativa etnográfica que, ainda que buscando estar o mais próximo possível dos relatos dos sujeitos entrevistados, tentou apontar para alguns elementos que falam da transição de gênero como um processo que não é apenas individual, mas envolve sempre outras pessoas, em contextos variados, com quem eles convivem. Busquei problematizar tais elementos a partir de uma apropriação da metáfora do armário, que aparece nos relatos como uma “segunda saída do armário”, estruturante de certos repertórios simbólicos mobilizados por esses sujeitos para darem sentido a suas trajetórias. Busquei também apontar alguns dos itinerários e estratégias de que esses homens lançam mão a fim de obter o reconhecimento de seus nomes nessas múltiplas esferas, o que também envolve negociações em torno da visibilidade/ocultação em muitos momentos. Por fim, trouxe

algumas ponderações em torno da recente aprovação, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da alteração de registros civis por parte de pessoas trans no Brasil sem a necessidade de laudos e/ou de cirurgias. Talvez seja esse um caminho possível para o início da produção de novas experiências e repertórios simbólicos em torno do reconhecimento das identidades de gênero – e dos nomes – de pessoas trans que envolvam menos espera, menos paciência e menos ansiedade do que os relatos aqui trazidos evidenciam. Ou para que tais pessoas, que *já têm nome*, tenham também respeito.

## “I ALREADY HAVE A NAME” - TRANS MEN’S ITINERARIES IN PURSUIT OF RESPECT

*Abstract: In this article I use some trans men’s narratives about their experiences and expectations regarding the quest for the recognition of their gender identities and names in multiple spheres, such as those of family, friends, educational institutions, the workplace and health care. Thus, I construct an ethnographic narrative that, despite seeking to be as close as possible to the interviewed subjects’ reports, tries to point to some elements related to gender transition as a process that is not only individual, but rather always involves other people in various contexts with whom these subjects coexist. I problematize these elements by means of an appropriation of the closet metaphor, which appears in the reports as a “second outing,” as something that structures certain symbolic repertoires mobilized by these men to make sense of their trajectories. I point out some of the itineraries and strategies these men use to get their names recognized in these multiple spheres, which also involves visibility/hiding negotiations on many occasions. Finally, I bring some considerations about the Supremo Tribunal Federal’s (STF - Federal Supreme Court) recent approval of trans people’s legal name change in Brazil without the need for medical reports and/or surgeries.*

Keywords: *Transsexuality. Trans Men. Legal Name Change. LGBTT Rights. Brazil.*

### Notas

- 1 Vinculada ao Ser-Tão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade, ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Goiás (UFG) e que, desde 2016, conta com o apoio do CNPq, através da obtenção de uma Bolsa de Produtividade em Pesquisa, Nível 2.
- 2 No pós-doutorado, desenvolvo a pesquisa “Antropología, Salud Pública e Identidad de Género – el acceso a los servicios de salud para los hombres transgénero en Argentina y Brasil”, sob supervisão de Mario Pecheny, com bolsa de estudos da CAPES.
- 3 Realizado desde 2015 por meio de uma parceria entre o Ser-Tão e o Coletivo TransAção (formado principalmente por estudantes trans e também cis que apoiam as causas relacionadas com as transexualidades), o Trans UFG é um programa interdisciplinar de difusão de conhecimentos sobre transexualidades e travestilidades na universidade.
- 4 Por itinerários terapêuticos, compreendo os processos de escolha, avaliação ou adesão a determinadas formas de tratamento de saúde no plano do vivido (ALVES; SOUZA, 1999).
- 5 O tema da espera e das expectativas, aliado à preocupação com a questão do acesso à atenção médica, foi o mote para a pesquisa que passei a realizar em meu pós-doutorado na Universidad de Buenos Aires, com a intenção de comparar as narrativas de homens trans argentinos e brasileiros em relação a essas questões, sob orientação de Mário Pecheny, entre 2017 e 2018.
- 6 Os nomes de entrevistados aqui trazidos são todos fictícios, para manter o compromisso ético quanto a seu anonimato.

## Referências

ALMEIDA, Anderson S. *Vidas em espera: uma etnografia sobre a experiência do tempo no processo transexualizador*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, Brasil, 2018.

ALMEIDA, Guilherme S. 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades? *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513-523, 2012.

ALVES, Paulo C.; SOUZA, Iara M. Escolha e avaliação de tratamento para problemas de saúde: considerações sobre o itinerário terapêutico. In: Rabelo, Alves e Souza (Orgs). *Experiência de doença e narrativa*. Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ, 1999. p.133-136.

ARÁN, Márcia. A saúde como prática de si: do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redefinições da experiência da transexualidade. In: ARILHA, Margareth *et al.* (Orgs.) *Transexualidade, travestilidade e direito à saúde*. São Paulo: Oficina Editorial, 2010.

ÁVILA, Simone. *FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo*. Tese de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Brasil, 2014.

BENTO, Berenice. *A reinvenção corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BORBA, Rodrigo. *O (des)aprendizado de si: transexualidades, interação e cuidado em saúde*. Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ, 2016.

BRAZ, Camilo. *Além da pele – um olhar antropológico sobre a body modification em São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Campinas (UNICAMP). Campinas, 2006.

BRAZ, Camilo. *À meia-luz...uma etnografia em clubes de sexo masculinos*. Goiânia: Editora da UFG, 2012.

BRAZ, Camilo. Transmasculinidades, salud y espera – Antropología del tiempo y el acceso a la salud para hombres trans en Brasil. In: PECHENY, Mario M.; PALUMBO, Mariana. (Orgs.) *Esperar y hacer esperar: escenas y experiencias en salud, dinero y amor*. Buenos Aires: Teseopress, 2017.

BRAZ, Camilo; SOUZA, Érica. A emergência de homens trans como sujeitos de direito no Brasil contemporâneo – demandas, avanços e retrocessos. *Encontro Anual da ANPOCS*. ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, Brasil, 2016.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero – feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Mario. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. *Encontro Anual da ANPOCS*, ANPOCS, Caxambu, 2016.

FARJI NEER, Anahí. Las tecnologías del cuerpo en el debate público. Análisis del debate parlamentario de la ley de Identidad de Género argentina. In: *Sexualidad, salud y sociedad*, Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, n. 16, 2014.

175 HALBERSTAM, J. *Masculinidad femenina*. Madrid: Egales, 2008.

LIMA, Fátima. *Corpos, gêneros, sexualidades: políticas de subjetivação*. Porto Alegre: Reunida, 2014.

ORTEGA, Julián; TISEYRA, María V.; MORCILLO, Santiago; GÁLVEZ, Marine. (Im)pacientes trans en hospitales públicos de Buenos Aires. La experiencia de la espera y la accesibilidad en contextos de estigmatización. *Vivência – Revista de Antropologia*. Natal. UFRN, 2017.

PECHENY, Mario. Introducción. In: PECHENY, Mario M.; PALUMBO, Mariana. (Orgs.). *Esperar y hacer esperar: escenas y experiencias en salud, dinero y amor*. Buenos Aires: Teseopress, 2017.

SAMPAIO, Liliana L. P.; COELHO, Maria Thereza A. D. As transexualidades na atualidade: aspectos conceituais e de contexto. In: COELHO, M.; SAMPAIO, L. *Transexualidades – um olhar multidisciplinar*. Salvador: EDUFBA, 2014.

SEDGWICK, Eve K. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, n. 28, Unicamp, 2008.

TABBUSH, C.; DIAZ, María C.; TREBISACCE, C.; KELLER, V. Matrimonio igualitario, identidad de género y disputas por el derecho al aborto en Argentina. La política sexual durante el kirchnerismo (2003-2015). In: *Sexualidad, Salud y Sociedad*. Rio de Janeiro, UERJ, n. 22, 2016.

TEIXEIRA, Flávia. Histórias que não têm Era Uma Vez: as (in)certezas da transexualidade. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 501-512, 2012.